



União Democrática Popular – Associação Política

# Tribuna #3

11ª Conferência Nacional da  
UDP – associação política

---

## Tribuna #2 da 11ª CN da UDP-AP

Nota sobre a tribuna #3 e localização da sessão final da 11ª CN da UDP-AP .....	1
Proposta de tese <b>Mobilizar a experiência de uma esquerda popular</b> .....	2

## **Nota sobre TC #3 e localização da sessão final da 11ª CN UDP-AP**

---

### **Nota sobre Tribuna #3**

Não foram recebidas nem propostas alteração à proposta de teses “Mobilizar a experiência de uma esquerda popular” subscrita por Mário Durval e outros camaradas. Assim sendo, o texto não sofreu alterações. Também não foram recebidas propostas de teses alternativas.

### **Localização da sessão final**

A sessão final da 11ª Conferência Nacional da UDP será realizada no dia 25 de março de 2017, na Escola Secundária Pedro Nunes, Av. Álvares Cabral – Lisboa (próximo do metro do Rato).



# **Mobilizar a experiência de uma esquerda popular**

---

## **1 – Fazer presente a consciência revolucionária**

**Comemorar um Século de Outubro é fazer presente a consciência revolucionária. Num tempo de ressurgimento de forças reacionárias e de sucessivas capitulações e recuos, discutir Outubro é lançar luzes sobre as lutas presentes. Não se trata de um exercício de nostalgia. Recordar a Revolução Russa é trazer a público, fazer e divulgar memória da luta revolucionária. E é simultaneamente munir de consciência histórica os e as militantes do presente. Convocar para o debate da Revolução de Outubro no seu significado para o presente é um contributo que se exige à nossa associação comunista.**

10ª Conferência Nacional da associação política UDP, 8 de outubro de 2016

**1.1 Os primeiros meses do ano das comemorações dos 100 anos da Revolução de Outubro estão a servir em larga medida para a propaganda anti-comunista**, empolando em reportagens, livros e documentários a vertente trágica da degenerescência posterior da União Soviética e procurando apagar as conquistas da primeira grande revolução socialista vitoriosa. Essa adversidade reforça o objetivo que a UDP colocou na 10ª Conferência Nacional da associação política UDP “... organizar, diretamente ou através de grupos de trabalho, sessões públicas comemorativas dos 100 anos da Revolução de Outubro...”.

**1.2 Com vista a cumprir as determinações da 10ª Conferência Nacional**, a direção nacional organizou a 14 de janeiro, na sede nacional da UDP em Lisboa, uma palestra com debate, seguida de um lanche convívio dos 42 anos da UDP. O tema foi a **“A chegada das ideias marxistas a Portugal no final do século XIX e inícios do século XX”**, tendo como oradores o camarada João Silva e um convidado, Luís Carvalho, investigador em história do marxismo em Portugal. Além de ter sido muito participado, neste evento revelou-se o interesse quer de membros da UDP, quer de outras pessoas nas temáticas abordadas. Devido à realização simultânea de outras iniciativas de grande importância política, mesmo as pessoas que não puderam estar manifestaram interesse em ver uma gravação da sessão. Esse material está a ser tratado para divulgação futura. A nova direção nacional terá de dar **continuidade à realização de sessões comemorativas**.

**1.3 É necessário divulgar uma análise comunista da Revolução Russa.** Na história da UDP e das organizações a ela ligadas, foram produzidos em órgãos próprios teses e artigos quer sobre

a Revolução Outubro, quer sobre o colapso da União Soviética que necessitam ser recuperados para divulgação. Encontrar os meios de divulgação desses materiais, nomeadamente através de um **número comemorativo de A Comuna**, é tarefa que se acrescenta às comemorações dos 100 anos.

## **2 – Mobilizar a experiência de uma esquerda popular**

**A solução de governo português é uma exceção positiva mas não é uma estratégia (...) esta solução conjuntural tem correspondido, na atual relação de forças, aos interesses imediatos da classe trabalhadora em Portugal. No entanto, o futuro do movimento está na construção de alternativa. O PS não mudou a sua natureza e só o crescimento da esquerda produziu esta ligeiríssima inflexão no seu rumo liberal.**

10ª Conferência Nacional da associação política UDP, 8 de outubro de 2016

2.1 É uma dura realidade que o Governo PS sustentado na maioria parlamentar com a esquerda, com todas as suas limitações, é uma das raras exceções num mundo de avanço do reacionarismo. Em numerosos países, os povos são esmagados entre, por um lado, as políticas de austeridade do centro e da direita e, por outro, a emergência de forças reacionárias como a ascensão de Marine Le Pen em França e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América. **Mas a lição do avanço reacionário não aponta para a via da cedência ao liberalismo.**

2.2 O reacionarismo está a emergir com apoios de massas porque apresenta demagogicamente políticas para a classe trabalhadora, nomeadamente por um falso discurso de nacionalismo económico que promete recuperar postos de trabalho e excluir trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros. No pacote do nacionalismo económico xenófobo entram até a exclusão do auxílio a pessoas refugiadas. É nesse contexto que vale a pena sublinhar que **uma das expressões mais combativas dos movimentos sociais em Portugal está a vir dos imigrantes.**

2.3 Confirma-se que os interesses imediatos de quem trabalha ou trabalhou estão a ser preenchidos ainda que com muitas adversidades. Os aumentos do salário mínimo nacional (SMN) constituem um passo positivo para a vida de mais de 650 mil trabalhadores. O objetivo de atingir os 600 euros já é antigo e CGTP, Bloco e PCP pressionaram para esse aumento imediato. Entretanto o acordo de maioria parlamentar com o PS vai permitindo que, ainda que apenas faseadamente (530 euros em 2016, 557 em 2017), esse aumento se realize até ao final

da legislatura em 2019<sup>1</sup>. Vale o alerta de que o Governo PS fez um desconto em 2016, supostamente a pretexto desse aumento “inesperado” do SMN, na Taxa Social Única dos patrões. O novo alerta veio a coberto da “concertação social” (de patrões e UGT), com a nova **tentativa de “borla aos patrões” através de nova baixa na TSU** para compensar o aumento do SMN de 2017. Chumbada essa manobra através dos votos de Bloco, PCP-PEV e do oportunismo do PSD, o PS teve de recuar. Mas talvez não haja duas sem três.

2.4 A taxa de desemprego recua mais um pouco (11,1%, em 2016) e até se atinge o sacrossanto objetivo monetarista de um défice abaixo dos 3% do Produto Interno Bruto. **Os sociais-democratas mais crédulos estão maravilhados com os “milagres” desta quadratura do círculo que provou que o défice pode recuar sem mais austeridade.** Contudo, nem a magia da baixa dos juros da dívida acontece por “acalmia dos mercados” – continuam a subir! Nem os tais 2,1% de défice significam nada de real para os serviços públicos. Estes continuam a carecer de importantes investimentos, enquanto 8 mil milhões de euros anuais são sacrificados no altar do serviço da dívida pública.

2.5 A batalha contra a precariedade no Estado será dura. **O Governo PS abriu a porta com o relatório sobre a precariedade no Estado, mas logo deixou muita gente de fora.** E só o combate político e social provará o sucesso desta operação. Entretanto, não se prevê, e dificilmente se acredita, que o ministro Vieira da Silva, autor do Código do Trabalho ao tempo do Governo Sócrates, vá **apagar a marca precarizante e de ataque à contratação coletiva** que o próprio imprimiu. É necessária luta social para que os partidos à esquerda do PS possam ser instrumento mais eficaz dos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores.

2.6 A generalização da precariedade laboral continua a pôr em xeque as organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores. Acresce que, com muitas diferenças entre setores e sindicatos, o próprio movimento sindical, de um modo geral, continua sem conseguir vencer as barreiras que ele próprio coloca à sua renovação – nomeadamente pela falta de democracia em muitos dos sindicatos. De um lado, o movimento é atrofiado pelo controleirismo, do outro, é traído pelo amarelismo. Um novo fôlego ao movimento político e social do trabalho é necessário.

- **São necessárias propostas políticas que afirmem alternativas de esquerda para a classe trabalhadora. As necessidades de maior transformação chocam com os limites do Governo PS. A estratégia de reforço da esquerda depende das lutas sociais. A capacidade de organização e mobilização social e política da classe**

---

<sup>1</sup>O salário mínimo estava há muito a sofrer desgaste, congelado entre 2011 e 2014 nos 485 euros, subindo para os 505 no último ano do governo da direita.

**trabalhadora carece de um reforço e renovação do movimento sindical e de um revigorar dos instrumentos de formação e politização.**

- **No que toca à associação política UDP, a divulgação da experiência de luta operária e popular é tarefa da qual não pode abdicar, constituindo esse contributo um instrumento útil à formação das novas gerações de ativistas.**
- **Caso de destaque na esquerda revolucionária da Europa ocidental, a UDP fez história não só por ter conseguido no último quartel do século XX obter expressão eleitoral suficiente para ter representação parlamentar e aberto caminho ao surgimento do Bloco de Esquerda, mas também por ter tido milhares de militantes e um papel forte nas organizações populares. A associação política UDP, constituída hoje maioritariamente por uma geração que viveu o período revolucionário, é portadora de um imenso espólio da sua efusiva produção de imprensa partidária e demais materiais e documentos.**
- **Convocar a história e a memória da UDP não é uma tarefa nostálgica. Antes tem utilidade para os combates presentes e futuros. É por isso necessário que a próxima Direção Nacional se dedique durante o mandato 2017-2019, com a colaboração dos membros da associação e em articulação com entidades académicas e outras que possam contribuir para esse efeito, não só a organizar o arquivo histórico da UDP, mas também a registar as vozes de protagonistas do ativismo político, sindical e associativo. A conservação e divulgação desse material escrito e audiovisual são um contributo não só para a memória da UDP, mas também para a história e memória das lutas populares em Portugal – que incluem causas que vão da luta por uma Democracia Popular, à defesa do direito à habitação e ao salário, à independência de Timor, à luta pela despenalização do aborto, à oposição à guerra e à defesa dos direitos dos imigrantes.**

**Proponentes:** Mário Durval, Almerinda Bento, Bruno Góis, Cipriano Pisco, Fátima Pinheiro, Joel Oliveira, Jorge Magalhães, José Castro, Luís Filipe Pereira, Miguel Pinto, Pedro Oliveira, Rui Nóvoa, Timóteo Macedo, Vítor Edmundo, Vítor Pires.